



ISSN nº 2595-7341

Vol. 1, n. 2, Maio-Agosto 2018

## **A PRESENÇA DE ESTUDANTES INDÍGENAS NA UNIVERSIDADE A PARTIR DE POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS: uma reflexão sobre o PIMI**

---

THE PRESENCE OF INDIGENOUS STUDENTS AT THE UNIVERSITY FROM AFFIRMATIVE ACTION POLICIES: a reflection on PIMI

LA PRESENCIA DE ESTUDIANTES INDÍGENAS EN LA UNIVERSIDAD DE LAS POLÍTICAS DE ACCIÓN AFIRMATIVA: una reflexión sobre el PIMI

**Ricardo Ferreira de Sousa<sup>1</sup>**  
**Rosimeire Ferreira da Silva<sup>2</sup>**

### **RESUMO**

Este trabalho tem como principal objetivo promover uma reflexão sobre as relações interétnicas entre estudantes indígenas e não-indígenas no universo acadêmico, ou seja, abordar essa temática no nosso cotidiano. A partir das ações afirmativas buscamos discutir os benefícios que o Programa Institucional de Monitoria Indígena - PIMI trouxe para a permanência dos estudantes indígenas

---

<sup>1</sup> Graduação em Letras - Língua Portuguesa e suas respectivas Literaturas pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da mesma Universidade. Cursa especialização em Linguística Aplicada na Educação pela Universidade Cândido Mendes (UCAM) e especialização em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Internacional (UNINTER). E-mail: [ricardof@uft.edu.br](mailto:ricardof@uft.edu.br).

<sup>2</sup> Licenciada em História pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) E-mail: [meire.fs@uft.edu.br](mailto:meire.fs@uft.edu.br).



ISSN nº 2595-7341

Vol. 1, n. 2, Maio-Agosto 2018

dos cursos de Licenciatura em História e Letras, do Campus de Porto Nacional, da Universidade Federal do Tocantins – UFT.

**PALAVRAS-CHAVE:** Relações Interétnicas; Ações Afirmativas; PIMI.

#### **ABSTRACT**

This work has as main objective to promote a reflection on the interethnic relations between indigenous and non-indigenous students in the academic universe, that is, to approach this theme in our daily life. From the affirmative actions, we sought to discuss the benefits that the Institutional Monitoring of Indigenous Program (PIMI) brought to the permanence of the indigenous students of the undergraduate courses in History and Literature of the Campus of Porto Nacional, Federal University of Tocantins - UFT.

**KEYWORDS:** Interethnic Relations; Affirmative Actions; PIMI.

#### **RESUMEN**

Este trabajo tiene como principal objetivo promover una reflexión sobre las relaciones interétnicas entre estudiantes indígenas y no indígenas en el universo académico, o sea, abordar esa temática en nuestro cotidiano. A partir de las acciones afirmativas buscamos discutir los beneficios que el Programa Institucional de Monitoreo Indígena - PIMI trajo para la permanencia de los estudiantes indígenas de los cursos de Licenciatura en Historia y Letras, del Campus de Porto Nacional, de la Universidad Federal de Tocantins - UFT.

**PALABRAS CLAVE:** Relaciones Interétnicas; Acciones Afirmativas; PIMI.

Recebido em: 28.03.2017. Aceito em: 22.04.2017. Publicado em: 30.04.2017.



ISSN nº 2595-7341

Vol. 1, n. 2, Maio-Agosto 2018

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi constituído a partir da experiências que obtivemos ao longo dos anos 2014 e 2016, quando participamos como alunos bolsistas do Programa Institucional de Monitoria Indígena – PIMI, desenvolvido pela Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD, com o intuito de atender as necessidades dos estudantes indígenas e propiciar ações afirmativas para permanência destes na UFT. No caso do Campus de Porto Nacional, criou-se também oportunidade para aproximação entre estes estudantes e a comunidade universitária, especialmente para os cursos de História e Letras.

A oportunidade de ter tido contato intercultural com os povos indígenas foi uma experiência incrível. Pois, a convivência com os estudantes indígenas na Universidade contribuiu para aprofundar de nossos conhecimentos sobre a cultura indígena e perceber o quanto ela é importante. E com isso conseguimos dar novo rumo à visão da cultura indígena que havia sido inserida em nossas concepções. Posto isso, é importante que as pessoas conheçam os indivíduos e os valores de outras culturas tradicionais antes de emitir opinião e até julgar a partir dos princípios da cultura ocidental. Este estudo tem por objetivo apresentar a importância da Monitoria Indígena como uma ação de política afirmativa para inclusão dos estudantes indígenas na universidade e, também, apontar alguns benefícios que esta política trouxe para a permanência destes estudantes. Vale ressaltar, que a UFT foi pioneira na aprovação de cotas destinadas à reserva de vagas para os estudantes indígenas.

De acordo com a Constituição de 1988:



ISSN nº 2595-7341

Vol. 1, n. 2, Maio-Agosto 2018

Assegurou-se aos índios no Brasil o direito de permanecerem índios, isto é, de permanecerem eles mesmos, com suas línguas, culturas e tradições. Ao reconhecer que os índios poderiam utilizar suas línguas maternas e seus processos de aprendizagem na educação escolar, instituiu-se a possibilidade de a escola indígena contribuir para o processo de afirmação étnica e cultural desses povos, deixando de ser um dos principais veículos de assimilação e integração (MEC/Resolução CEB nº 3, 1999, p. 9).

Abordando essa temática, Lopes da Silva, afirma que:

[...] Com a Constituição de 1988, abriram caminhos para a oficialização de “escolas indígenas diferenciadas” e para a formulação de políticas públicas que correspondessem aos direitos educacionais dos índios a uma educação intercultural, bi- ou multilíngue, comunitária voltada à auto determinação de seus povos (LOPES DA SILVA, 2001, p. 10).

Nesse mesmo sentido, a UFT através da Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE nº 3A/2004 aprova a:

Implementação do sistema de cotas para estudantes indígenas no vestibular da Universidade Federal do Tocantins – UFT. Onde 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas em cada curso serão destinadas à inclusão racial, disponibilizadas à etnia indígena e 5% para quilombolas (CONSEPE, 2014).

Nessa perspectiva, é importante dizer que o sistema de cotas foi uma conquista de lutas dos negros, de lideranças e professores indígenas, além de intelectuais dos respectivos segmentos sociais no Brasil. O que serve de indicativo



ISSN nº 2595-7341

Vol. 1, n. 2, Maio-Agosto 2018

para confirmar que o sistema de cotas não é apenas uma lei que foi aprovada aleatoriamente. A implementação de políticas de ações afirmativas na UFT tem contribuído para o acesso e a permanência dos estudantes indígenas no Ensino Superior, sobretudo o Programa Institucional de Monitoria Indígena – PIMI. Criado nos termos da Resolução Normativa do CONSEPE de nº 20/2007 e voltado para promover o acesso e permanência dos estudantes indígenas na UFT.

Nesse contexto, em 19 de fevereiro de 2004 foi instituída a CEPPIR- Comissão Especial para Promoção de Políticas de Igualdade Racial na UFT com o objetivo de incorporar a temática racial à construção de políticas educacionais a serem implementadas na UFT. Assim, com base nas experiências que tivemos ao longo dos anos de 2014 e 2016 vale salientar que o objetivo deste estudo é promover uma reflexão sobre as relações interétnicas entre estudantes indígenas e não-indígenas no universo acadêmico, ou seja, abordar essa temática no nosso cotidiano. Pois enquanto seres humanos vivenciamos ao longo da vida vários momentos de transformações, várias experiências em diversos setores (escola, casa, trabalho, universidade, etc.). Nessa vivência diária frequentemente relacionada à experiência educacional podemos perceber que a maioria tanto dos profissionais da educação quanto dos estudantes não índios estão despreparados para lidar com outra cultura.

## **EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

Atualmente, a educação indígena vem recebendo um tratamento especial por parte do poder público alicerçada na proposta de um novo paradigma educacional de respeito à diversidade étnica. Mas ainda há muito a ser feito para



ISSN nº 2595-7341

Vol. 1, n. 2, Maio-Agosto 2018

que o estudante indígena obtenha condições de igualdade no ensino público escolar ou superior. Assim, quando nos deparamos com questões indígenas podemos perceber que existem muitas informações equivocadas, carregadas ainda mais de uma visão etnocêntrica e preconceituosa sobre a cultura indígena. Essa realidade nos remete a algumas indagações que pretendemos discutir: Como é a agregação dos estudantes não-indígenas com os indígenas dentro do universo acadêmico? Quais os benefícios que a Monitoria Indígena trouxe para a permanência dos estudantes na Universidade? Diante dessas situações, vale ressaltar que a partir do sistema de cotas no ano de 2005 aumentou o índice de estudantes indígenas na UFT. Mas, por outro lado, podemos mensurar que há uma invisibilidade no ambiente acadêmico da UFT em relação aos estudantes indígenas, tanto por estudantes não-indígenas quanto por professores. Pois, quando este estudante ingressa no universo acadêmico a maioria se sente excluído dos grupos de trabalhos, em sala de aula e, às vezes, chegam até o ser ridicularizado por fazer parte de outra cultura. Atualmente, percebe-se que as políticas de ações afirmativas da UFT podem até ter aberto as portas para as etnias indígenas ingressar no Ensino Superior, mas não está tendo uma relação intercultural de fato. No entanto, os estudantes indígenas não tem apenas que aprender os nossos conhecimentos, eles tem que repassar os seus conhecimentos também, o que acaba sendo muito difícil para esses estudantes conviver com o diferente no ensino superior, porque a UFT, ainda não constitui um espaço onde se vivencie a experiência da interculturalidade, assim como na maioria das instituições de ensino superior brasileira.

Segue o trecho de um diálogo realizado com um estudante "A" indígena do Campus de Porto Nacional sobre a elaboração do conhecimento na tradição



ISSN nº 2595-7341

Vol. 1, n. 2, Maio-Agosto 2018

indígena: “[...] A ciência para o povo indígena ela vem dos nossos antepassados. Essa ciência é passada de geração para geração, dos mais velhos para os mais novos, de pai para filho. O conhecimento vem através dos sonhos”(A).

Este relata que ao ingressar na UFT foi um pouco complicado para se adaptar num outro ambiente, porque descobriu que o saber aqui não tem uma finalidade prática, além de muita informação para uma pessoa que vivia em outra cultura. Ou seja, na aldeia são repassados conhecimentos diferentes. Entretanto, ele coloca que essa é uma realidade, que todos os seus colegas indígenas enfrentam quando ingressam na Universidade. Por seguinte, o aluno diz que a forma como o conhecimento é transmitido na UFT, às vezes, cria dificuldades, porque ficam sem saber o que levar do aprendizado da cultura ocidental para a sua aldeia. Sem falar, que em todos os semestres mudam as teorias, as disciplinas e, portanto, é muito difícil para acompanhar, mas admitem que esse é um desafio a ser cumprido.

Portanto, ao deparar na pesquisa com essas questões percebe-se que existe uma diversidade em suas posturas diante do cotidiano acadêmico. Pois, alguns estudantes indígenas estão envolvidos com a cultura não-indígena, enquanto outros estão aqui de passagem, ainda outros tentam preservar a sua cultura e quando concluírem a graduação desejam voltar a sua aldeia. Em relação ao estudante não-indígena percebe-se que ele precisa dar apoio aos estudantes indígenas no ambiente universitário.

Silva aponta que para o autor Giralдин:

A política educacional indígena que segundo a lei deve considerar a interculturalidade e a autodeterminação, ainda se caracteriza por um modelo ocidental e consequentemente



ISSN nº 2595-7341

Vol. 1, n. 2, Maio-Agosto 2018

colonizador, desconsiderando as percepções indígenas acerca de categorias como ensino e aprendizagem. Segundo o autor o aprendizado pode ocorrer em vários lugares e não apenas só na sala de aula (GIRALDIN & SILVA, 2007, p. 4).

Vale ressaltar que os profissionais da educação possuem uma base cultural, uma história de vida que lhes propiciaram a formação de seus valores éticos, morais e culturais, e se deparam com o diferente, ou não, em seus ensinamentos nas unidades escolares ou universidade. Por outro lado, quando nos deparamos com questões educacionais no nosso cotidiano verifica-se que a aprendizagem dos alunos depende do conhecimento de cada aluno e cada professor, tanto os indígenas quanto os não-indígenas. Um dos fatores que está ligado a essas questões são atribuídas em relação ao professor, que apesar de ter formação de valores éticos e morais, a maioria das vezes não está preparado para lidar com outra cultura.

Nessa perspectiva, nos preocupamos ao constatar que a tendência da maioria dos materiais didáticos que chegam à sala de aula é generalizar a figura do índio contribuindo para afirmar a não contemporaneidade destes como se os mesmos não pertencessem a sociedade atual. No entanto, as aproximações feitas a partir desses materiais na maioria das vezes leva os alunos a ter uma outra visão sobre os povos indígenas.

Segundo Bittencourt (2008) "um dos objetivos centrais do ensino de História, na atualidade, relaciona-se à sua constituição de *identidades*". E a constituição de identidades é intrínseca à formação da cidadania. Essa problemática só se dá a partir do momento em que o professor passa a





ISSN nº 2595-7341

Vol. 1, n. 2, Maio-Agosto 2018

compreender a diversidade cultural de seus alunos. Pois por muito tempo a idéia de cidadania esteve ocultada, na história do Brasil.

### **POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS: O PIMI NA UFT**

O contato com os estudantes indígenas na universidade nos encantou e despertou a curiosidade de ir mais além, pois passamos a conhecer e entender melhor a cultura indígena. Após leituras realizadas sobre a cultura indígena passamos a compreender a sua importância, seus costumes, tradições, o que se assemelha e o que se difere da cultura não-indígena.

A pesquisa começou a partir do primeiro momento que tivemos a oportunidade de trabalhar com os estudantes indígenas na UFT, através do PIMI. A partir desse contato com os povos indígenas na universidade começamos a buscar pelas fontes e logo em seguida demos início a leitura de artigos e a revisão bibliográfica referentes a etno-história, estudo documental, diálogos com os estudantes indígenas e não-indígenas. Essa leitura nos proporcionou um processo de aprendizagem gratificante e indispensável a um profissional que deseja estar preparado para enfrentar os desafios de sua carreira. Além de oferecer a oportunidade do conhecimento acadêmico no mundo real coloca o futuro profissional com as diferentes realidades culturais. Durante a monitoria indígena tivemos a oportunidade e o privilégio de conhecer a aldeia Porteira, que se localiza no território Xerente, onde mora a maior parte dos estudantes indígenas do campus de Porto Nacional.

Para tanto, antes de aprofundar os estudos sobre a permanência dos estudantes indígenas na universidade é importante elencar alguns pontos,



ISSN nº 2595-7341

Vol. 1, n. 2, Maio-Agosto 2018

conforme Cunha (1992, p.11) as relações entre índios e não-índios desde o descobrimento do chamado Novo Mundo, levando-nos a refletir, de fato, se houve um descobrimento, já que os povos indígenas habitavam o continente americano.

A antropóloga também atenta-nos para alguns equívocos comuns quando estudamos e pensamos os povos indígenas, entre eles, a ideia de primitivismo, que é pensar que os indígenas sempre estiveram isolados. Observando este contexto, a autora nos possibilita a discutir sobre nossos preconceitos em relação o modo de vida dos povos indígenas, pois no nosso imaginário eles viviam como representara os livros didáticos: povos que viviam às margens das águas, sempre pintados, essas pinturas na nossa visão não queriam dizer muita coisa, pois ela serviria apenas para reforçar sua etnia. Tal discussão subsidiada permite que refletimos sobre o que é verdadeiro ou imaginado/criado pelos não-índios.

Nesse sentido, Costa escreveu que:

o movimento indígena e indigenista também teve seu papel na constituição de uma nova sociedade, tendo o apoio da sociedade civil. Para tanto, organizaram um movimento que visava discutir soluções coletivas para os problemas que atingiam suas comunidades. Entre esses problemas estava a educação escolar indígena. As experiências de educação escolar indígena, implementadas pelas entidades e organizações não-governamentais, somada à força do movimento das organizações em defesa da causa indígena, contribuíram para que se alcançassem as conquistas constitucionais de 1988 com o reconhecimento legal da diversidade sociocultural do Brasil (COSTA, 2014, p. 6)).



ISSN nº 2595-7341

Vol. 1, n. 2, Maio-Agosto 2018

A partir de então o Estado brasileiro desenvolveu uma política educacional para os povos indígenas, que reivindicavam através de suas lutas a oportunidade de ter uma educação de qualidade e diferenciada. Ocorrendo isso por meio da Constituição de 1988, como consta no Art. 210 que define: “O ensino fundamental será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.”

É preciso ressaltar que as participações dos povos indígenas em plenários públicos e as conquistas advindas por uma educação de qualidade não se deram de uma forma harmoniosa. As demandas levantadas por eles eram alvos de polêmicas.

A historiadora Paulete Cunha dos Santos esclarece que, “entre os problemas enfrentados pelos povos indígenas a educação é um dos que causam maior preocupação” (REPETTO, & CUNHA DOS SANTOS, 2009, p. 1). Desse modo, a autora apresenta uma série de argumentos que justificam essas reivindicações dos povos indígenas lutando por uma educação diferenciada. Convém esclarecer que a educação tem profissionais que não medem esforços para que a educação indígena seja um referencial no Estado do Tocantins.

Segundo Cunha dos Santos, após a criação do SPI (Serviço de Proteção aos Índios):

O governo passou a oferecer educação formal aos Xerente. Entre os Krahô, entretanto, somente a partir da década de 1940, quando o SPI passou a atuar na área, foi viabilizado o acesso à educação formal. No entanto, outros povos indígenas como Apinajé, Karajá, Javaé e Xambioá obtiveram uma relação menos intensa com os capuchinhos [no século



ISSN nº 2595-7341

Vol. 1, n. 2, Maio-Agosto 2018

XIX] e a educação formal naquele período. Dessa forma, somente nos anos 1940-50, o SPI instalou escolas formais nessas áreas indígenas (CUNHA DOS SANTOS, 2009, p. 6).

Dessa forma podemos mencionar que os povos indígenas passaram por grandes desafios, por lutar por seus direitos e deveres para manter sua identidade cultural. Por outro lado, faz-se importante elencar que a criação das políticas de ações afirmativas para ingresso nas instituições de ensino superior se deu a partir das reivindicações das populações indígenas. Nesse sentido, é importante a existência de uma política afirmativa que proporcione aos estudantes indígenas no ensino superior, tais como serviços de monitoria, disciplinas curriculares referentes à etno-história, GT's indígena, instrumentos que melhorem o acesso e permanência dos estudantes indígenas na universidade.

## **ESTUDANTES INDÍGENAS, NÃO INDÍGENAS E MONITORES DO PIMI: PONTOS E CONTRAPONTOS NO AMBIENTE ACADÊMICO**

Apesar desses programas de ações afirmativas trazerem alguns benefícios para os povos indígenas na universidade, percebe-se que não são suficientes para garantir a permanência destes, pois a presença indígena não vem sendo reconhecida como mereceria, ainda há muito de ser feito para que os povos indígenas sejam reconhecidos com igualdade pela maior parte da população não indígena. Sobre a convivência dos estudantes não-indígenas com os indígenas é possível perceber que está acontecendo aos poucos, mas isso está ligado a falta de debates que incluem a temática indígena voltados a mediar apoio aos



ISSN nº 2595-7341

Vol. 1, n. 2, Maio-Agosto 2018

estudantes indígenas na UFT, no caso do Campus de Porto Nacional. Para se compreender as relações interétnicas entre os estudantes indígenas e não-indígenas na universidade e necessário compreender as diferenças e divergências entre eles.

O antropólogo Odair Giraldin, “[...] apresenta que ao refletir, então, sobre esta diversidade sócio-cultural no presente e nas possibilidades de convivência nas diferenças tanto no presente quanto no futuro, faz-se uma reflexão sobre a história das relações entre povos indígenas e não-indígenas” (GIRALDIN, 2002, p.110). Essa constatação nos leva a concluir que é normal que haja algumas dificuldades encontradas pelos indígenas e não-indígenas, visto que pertencemos a culturas diferentes. Mediante a essas transformações é certo que conviver com o diferente na universidade faz toda a diferença.

A UFT, no caso do Campus de Porto Nacional, precisa oferecer mais programas e projetos que incluam a presença do indígena com o não indígena para que essa diferença seja superada, como o projeto GT - Grupo de Trabalho de História Indígena. Este grupo é composto pelos discentes da disciplina de História Indígena e monitores bolsistas do Programa Institucional de Monitoria Indígena – PIMI. Sendo o GT aberto para a participação dos demais interessados. Pois a finalidade deste grupo é simplesmente nos colocar em discussão a cultura indígena, apresentar algumas possibilidades teóricas de investigação, assim como oferecer oportunidade de leitura de textos de etno-história que relatam a tradição indígena. Nesse grupo percebe-se que a maioria das vezes não há a presença de todos estudantes indígenas. Talvez porque alguns não considerem interessante estudar algo que já sabe, ou seja, estudar a sua cultura.



ISSN nº 2595-7341

Vol. 1, n. 2, Maio-Agosto 2018

Durante nossas pesquisas observamos que alguns estudantes indígenas preferem não mostrar apoio público às ações afirmativas no universo acadêmico, possivelmente por medo que esse apoio seja interpretado como uma rejeição do critério de mérito na Universidade pelos não beneficiários, a saber os estudantes não indígenas. Outro aspecto a ser destacado é que apesar dos estudantes indígenas terem, em certa medida, apoio na universidade, muitas vezes eles reivindicam a necessidade de uma Casa do Estudante, próxima ao Campus, específica só para eles.

Segundo Carvalho:

É significativo o número de estudantes que declararam não receber nenhum tipo de auxílio financeiro naquele momento [após o ingresso através de reserva de vagas para indígenas e quilombolas]. Esse fato certamente contribuiu para dificultar a aquisição de livros, o acesso a materiais de pesquisa, a aquisição de cópias (Xerox). Além do atendimento a outras necessidades como alimentação e transporte. Essas dificuldades acabam tendo rebatimentos sobre a qualidade e o desempenho do estudante e interferindo na qualidade de sua formação (CARVALHO, 2010, p. 113-114).

Vale mencionar que essas dificuldades são encontradas até os dias de hoje, pois os benefícios por meio de políticas de ações afirmativas, que a Universidade oferece não são suficientes para cumprir com as demandas de cada estudante e garantir a sua permanência na educação superior pública. Pois, alguns estudantes são de baixa renda e não são todos que possuem bolsa de apoio financeiro na UFT. Outra questão que nos chamou atenção durante a pesquisa refere-se à discriminação tolerada por esses alunos na UFT, por parte



ISSN nº 2595-7341

Vol. 1, n. 2, Maio-Agosto 2018

dos estudantes não indígenas. Apesar de estarmos em pleno século 21, o preconceito por parte da cultura ocidental no universo acadêmico ainda se faz presente, percebe-se que são poucos os estudantes não indígenas que se aproximam dos indígenas. Essa postura de discriminação, de certa maneira, poderá levar o acadêmico indígena a ter rendimento acadêmico insatisfatório e, talvez, interferir na sua formação profissional.

Por outro lado, iremos aqui observar um relato feito por Cunha dos Santos, neste contexto:

Sugere-se a alteridade da história de sujeitos políticos que transitam por horizontes múltiplos. Preconiza-se então, a noção ampliada no processo de uma educação intercultural, em que os agentes indígenas e não indígenas podem ressignificar as experiências de seus próprios projetos e, portanto, a possibilidade de afirmação/reconhecimento da diferença sociocultural (CUNHA DOS SANTOS, 2009, p. 9).

Essa constatação nos leva a refletir que é normal que haja diferença de uma cultura para outra, às vezes até cometemos equívocos por não conhecer a cultura do outro e julgar a partir dos princípios da cultura ocidental. Portanto, devemos ficar atentos quando fomos fazer interpretação de outra cultura, sendo que a representação dessa cultura nem sempre é aquela que ouvimos falar. A troca de experiências faz parte do nosso cotidiano independente de qualquer diferença.

Neste sentido, podemos citar Carvalho, quando a autora aponta que:

As dificuldades de ingressar na educação superior, mesmo de forma diferenciada, sinaliza para necessidade de estudos



ISSN nº 2595-7341

Vol. 1, n. 2, Maio-Agosto 2018

mais aprofundados sobre as condições sociais, econômicas, culturais e educacionais dos possíveis destinatários dessas políticas de forma a possibilitar a definição de estratégias voltadas para melhoria das condições de acesso[...] (CARVALHO, 2010, p. 126).

Isso fica visível, porque apesar da universidade oferecer o sistema de cotas, é preciso que o estudante tenha razoável conhecimento para obter um bom desempenho no vestibular, pois são muitos concorrentes pela disputa de 5% (cinco por cento) das vagas nos cursos da UFT. Então, durante a monitoria, nos diálogos que obtivemos com os estudantes indígenas essas questões foram apontadas por eles, como por exemplo, as vagas do vestibular oferecidas pela universidade são poucas, sendo muito difícil obter conhecimento de uma linguagem, exigida para a redação do vestibular, diferente da deles. Ainda, acrescentam que a universidade deveria oferecer um vestibular específico para os povos indígenas.

Nesse intento, propomos indicar que a partir do sistema de ações afirmativas voltadas para a permanência dos estudantes indígenas na UFT, no caso da Monitoria Indígena, realizadas nesses dois anos de convivência com os povos indígenas percebemos que a monitoria veio apoiar no processo de construção coletiva que apresentou grande aceitação e buscou despertar nos alunos o interesse no processo de ensino-aprendizagem e de conhecer a cultura do outro.

Durante a monitoria houve benefícios para ambos os envolvidos, isto é, tanto para os estudantes indígenas que tiveram a oportunidade de apreender e entender os conteúdos acadêmicos, quanto para o aluno monitor, que ao facilitar





ISSN nº 2595-7341

Vol. 1, n. 2, Maio-Agosto 2018

o entendimento para os estudantes ganhou experiência ao lidar com com outros saberes, fazendo uma troca de conhecimentos.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta pesquisa procuramos apontar a importância que existe em conhecer e estar em contato com as lutas e procedimentos da educação indígena no ensino superior. A partir das ações de políticas afirmativas tendo como principal foco os benefícios que, em certa medida, a Monitoria Indígena trouxe para permanência dos estudantes indígenas na Universidade Federal do Tocantins, Campus de Porto Nacional, sendo ela uma das principais instituições integrantes destas políticas, foi possível observar uma diversidade de costumes e modos de vida diferenciados. A pesquisa aponta que a maior parte dos estudantes indígenas quando ingressa na universidade, de certa maneira, se sente excluída por certa parcela dos estudantes não-indígenas e, às vezes, pelos próprios segmentos que compõem o ambiente universitário. Uma das principais dificuldades encontradas por eles foi a aproximação entre os não-indígenas, certamente, por serem portadores de culturas diferentes, porém, aos poucos os problemas vem sendo superados. De acordo com a pesquisa, as políticas de ações afirmativas contribuíram para a permanência dos estudantes indígenas na universidade, apesar de não ser o suficiente para cumprir com as demandas de cada um, entretanto, já representa o início de um longo percurso a ser conquistado.

Além disso, percebemos que a Monitoria Indígena, além de ser uma construção coletiva contribui criando a aproximação entre os estudantes



ISSN nº 2595-7341

Vol. 1, n. 2, Maio-Agosto 2018

indígenas e não-indígena, no caso o aluno monitor. Espera-se com essa ação afirmativa despertar o interesse dos estudantes não indígenas e, possivelmente, aumentar o ingresso de acadêmicos indígenas. Podemos perceber também que os estudantes indígenas encontram dificuldades ao ingressar e sair do ambiente acadêmico, pois quando finaliza a sua graduação, a maior parte, encontra dificuldades na busca do exercício da profissão.

Assim, esta experiência contribuiu de forma significativa para aprofundar de nossos conhecimentos sobre a tradição cultural indígena, o que possibilitou o aporte necessário para a concretização de nossa pesquisa.

## REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Introdução a uma história indígena. In: \_\_\_\_\_ (org.). **História dos índios do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CARVALHO, Doracy. **A política de cotas da Universidade Federal do Tocantins: concepção e implicações para a permanência dos estudantes indígenas**. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Goiás. Goiás, 2010.

COSTA, Wildeany D. S. **Pelo caminho da Escola: jovens meninas e a educação escolar indígena Xerente**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História). Universidade Federal do Tocantins. Tocantins, 2014.



ISSN nº 2595-7341

Vol. 1, n. 2, Maio-Agosto 2018

CUNHA DOS SANTOS, Paulete. **Fronteiras interculturais: especificidade da educação indígena no Tocantins.** *Anais do 3º Seminário Nacional de História e Historiografia: aprender com a história?* Ouro Preto: Edufop, 2009.

GIRALDIN, Odair. Povos Indígenas e não-Indígenas: **Uma Introdução à História das Relações Interétnicas no Tocantins.** In: \_\_\_\_\_ (org.). *A (tras) formação histórica do Tocantins.* Goiânia: Ed. da UFG; Palmas: Ed. da Unitins, 2002.

LOPES DA SILVA, Aracy. A educação indígena entre dialógos interculturais e multidisciplinares: introdução. In: \_\_\_\_\_ FERREIRA, Mariana, K.L (orgs.). **Antropologia, História e Educação: a questão indígena e a escola.** São Paulo: Global, 2001.

SILVA, Reijane Pinheiro da. **Pesquisa sobre a presença indígena na UFT.** Palmas, TO: UFT, Grupo de Trabalho Indígena, 2007.